

# Desigualdades preocupam

BRASÍLIA — O secretário de Educação de Minas Gerais, Murilo Hingel, afirmou ontem que está preocupado com os reflexos da reforma do ensino médio no país — que separou o ensino profissionalizante do ensino médio regular. “Estou temeroso de uma volta aos anos 40 e 50, quando os filhos de famílias mais ricas faziam o colegial e tinham ingresso praticamente garantido nas universidades. Enquanto isso, o filho de um trabalhador conseguia apenas cursar uma escola de ensino médio profissionalizante”, afirmou o secretário.

O encontro dos secretários de Educação com o MEC, segundo Hingel, servirá para que os secretários conheçam melhor a proposta do MEC para o ensino médio e o técnico. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, explicou que o objetivo da reforma é impedir que as escolas profissionalizantes continuem a ser usadas como degraus por pessoas que têm como objetivo prestar o vestibular.

A partir de agora, os cursos técnicos não credenciam o estudante para ingressar no ensino su-

perior. “Nosso objetivo foi democratizar o acesso ao ensino técnico”, afirmou o ministro.

Os secretários também temem os reflexos das ações na Justiça impetradas por empresários que não querem pagar o salário-educação. A questão foi debatida ontem no encontro dos dirigentes do MEC com os secretários. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o MEC já ingressou no Supremo Tribunal Federal com agravo contra a decisão da Justiça nos estados.

**Fantasmas** — Os secretários também denunciaram, durante o encontro, a ampliação suspeita do número de alunos matriculados nas redes públicas em alguns estados. Os alunos fantasmas têm como objetivo aumentar a parcela a que os estados e municípios têm direito no Fundo do Ensino Fundamental (Fundef).

Os recursos do Fundef, criado há dois anos, levam em conta o número de alunos matriculados na rede pública. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse aos secretários que o MEC já está rea-

lizando auditorias para verificar as informações fornecidas para o Censo Escolar.

Outra questão levantada no encontro é a falta de oportunidades iguais para os alunos do 2º grau em escolas públicas de qualidade. “No 1º grau o governo está conseguindo êxito com o programa Toda Criança na Escola, mas a falta de equidade precisa ser resolvida.

Não existem vagas nas escolas boas”, afirmou o secretário de Minas, Murilo Hingel, depois de afirmar que as vagas estão sendo disputadas em sorteio nas escolas de qualidade.

Os secretários ofereceram ajuda ao MEC na implantação dos novos parâmetros curriculares para o primeiro e segundo graus. Os novos currículos, que podem ser adaptados às realidades de cada região, segundo o secretário de Educação de Pernambuco, Éfrem Maranhão, vão exigir mais preparo dos professores. “As avaliações demonstraram que quanto maior a escolaridade do professor, melhor é o desempenho dos alunos na escola”, afirmou. (E.L.)